



Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**HABEAS CORPUS Nº 5014188-07.2013.404.0000/RS**

**RELATORA : Juíza Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE**  
**PACIENTE : RAFAEL FERRI**  
**ADVOGADO : MÁRCIO AUGUSTO PAIXÃO**  
**IMPETRADO : JUÍZO FED.01A VF CRIMINAL SFN DE PORTO ALEGRE**  
**MPF : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**INTERESSADO : MICHAEL LENN CEITLIN**

**VOTO**

**PRELIMINAR - QUESTÃO DE ORDEM**

Em face da petição acostada ao feito pela defesa do corréu Michael Lenn Ceitlin, foi proferido o seguinte despacho (ev. 15):

*'Considerando que a impetração postula o trancamento da ação penal também em relação ao corréu Michael Lenn Ceitlin - o qual já figura na condição de interessado -, defiro o pedido constante do ev. 13, franqueando aos signatários o acesso ao presente feito, devendo ser incluídos na autuação para fins de intimação. **O pleito de sustentação oral será deliberado pela Turma, por ocasião do julgamento.***

*Intimem-se as partes (via telefone) de que o presente feito será julgado na sessão de 13/08/2013.*

*Porto Alegre, 01 de agosto de 2013.'*

Efetivamente, tendo em conta que o presente *habeas corpus* postula a concessão da ordem também para o acusado Michael Lenn Ceitlin -repercutindo, portanto, diretamente em sua esfera jurídica -, **acolho a questão de ordem para deferir a habilitação do referido réu na condição de interessado, inclusive para fins de sustentação oral pelos advogados constituídos, consoante requerido.**

**MÉRITO**

A decisão que deferiu a liminar foi exarada nos termos seguintes (ev. 2):

**"Sem adentrar no exame aprofundado da vexata quaestio - o que será efetivado, de forma pormenorizada, por ocasião do julgamento do mérito do presente writ - do exame perfunctório dos autos - próprio das medidas liminares - constata-se a existência de verossimilhança na tese vertida na impetração.**

*Com efeito, o delito inscrito no artigo 27-D da Lei nº 6.385/76, a priori, somente pode ser praticado, ao menos da condição de autor, por quem detém o **dever de manter sigilo sobre as informações** - qualidade especial do sujeito ativo -, o que, nos termos da Instrução 358 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) recai sobre os 'acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com*

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia', não sendo o caso do ora paciente, já que sua atuação se deu na condição de Agente Autônomo de Investimentos (operador de mercado).*

*Logo, o paciente, em princípio, não responde pelo referido delito, já que na condição de extraneus não tinha o dever, ao menos na esfera penal, de guardar sigilo sobre eventuais informações relevantes ainda não repassadas ao mercado.*

*Registre-se que, interpretando caso análogo - versando sobre o crime de gestão fraudulenta (artigo 4º da nº 7.492/86), o entendimento jurisprudencial foi no sentido de restringir o sujeito ativo do referido ilícito a somente a quem detém uma condição especial, mais precisamente, aos controladores e administradores da instituição financeira, consoante, aliás, decidido pelo **Pleno do STF**, no julgamento do HC nº 93553, Rel. Min. Marco Aurélio, public. no DJe de 04/09/2009.*

*Na mesma direção, veja-se o seguinte precedente desta Corte:*

*PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. GESTÃO FRAUDULENTA. LAVAGEM DE DINHEIRO. INOCORRÊNCIA. 1. **O agente que não integra a administração de instituição financeira não pode ser sujeito ativo do crime de gestão fraudulenta. Precedente do Plenário do STF.** 2. Diante do arquivamento do inquérito policial que apurava a possível prática do crime do artigo 4º, caput, da Lei nº 7.492/86 por parte da cúpula da instituição financeira e considerando que a presente denúncia não estabelece qualquer vinculação entre esse suposto crime financeiro atribuído, em outro feito, aos gestores do banco com a lavagem imputada aos réus estranhos ao estabelecimento bancário, impõe-se o juízo absolutório. (Oitava Turma, ACR nº 5012216-56.2010.404.7000, Rel. Des. Paulo Afonso Brum Vaz, public. no D.E. em 25/11/2011).*

*Diante desse quadro, e objetivando principalmente evitar a realização de atos processuais sem utilidade caso, ao final, a ordem seja concedida, mister o sobrestamento do processo, até que a questão seja definitivamente apreciada pelo Colegiado, no momento oportuno.*

*Ante o exposto, defiro a liminar para suspender a ação penal nº 5067096-18.2012.404.7100/RS até o julgamento do presente mandamus pela Turma."*

Com efeito, o tipo penal atacado no presente *habeas corpus* (**art. 27-D da Lei nº 6.385/1976**), denominado de *insider trading*, foi introduzido pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 (que alterou e acrescentou dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades Anônimas, bem como na Lei nº 6.385/76, que disciplina o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários), com a seguinte redação:

*Art. 27-D - Utilizar informação relevante ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários:*

*Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.*

5014188-07.2013.4.04.0000



ERM©/ERMJ

6018154.V054





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Da leitura do referido dispositivo, extrai-se que para a configuração do delito é necessário que o acusado utilize, mediante negociação com valores mobiliários, informação relevante ainda não divulgada ao mercado, em relação à qual tinha o dever de manter sigilo.

Em face do elemento contido na norma quanto ao **dever de manter sigilo** a respeito da informação relevante ainda não divulgada ao mercado, extrai-se que a conduta típica somente pode ser praticada pelo **sujeito ativo que detenha essa especial qualidade**, qual seja, a resultante do dever legal de manutenção de sigilo quanto a informação relevante ao mercado, de que tenha conhecimento em razão da sua atividade profissional.

Tal exigência classifica referido delito como crime de mão própria que, conforme lição de Rogério Greco (*in* Curso de Direito Penal, Parte Geral, Vol. I, Ed. Impetus, Rio de Janeiro, 2008, p. 440), "*é aquele que só pode ser praticado por um grupo determinado de pessoas que gozem de condição especial exigida pelo tipo penal*". Segundo Fábio Bittencourt da Rosa (*in* Direito Penal, Parte Geral, Ed. Impetus, Rio de Janeiro, 2003, p. 311) "*são referidos crimes também denominados de infração de dever, porque o sujeito está em especial posição de quem se exige determinado comportamento*".

*In casu*, **a condição especial do agente relativamente ao dever de guardar sigilo das informações é disciplinada pela Comissão de Valores Mobiliários por meio do artigo 8º da Instrução nº 358, de 03 de janeiro de 2002** (que *'Dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, disciplina a divulgação de informações na negociação de valores mobiliários e na aquisição de lote significativo de ações de emissão de companhia aberta, estabelece vedações e condições para a negociação de ações de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado'*), o qual possui a seguinte redação:

**DEVER DE GUARDAR SIGILO**

*Art. 8º - Cumpre aos acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, **guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado**, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.*

Consoante exposto na referida norma, **o dever legal de guardar sigilo das informações** recai somente sobre os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e fiscal, de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, além de incidir, também, em relação aos empregados da companhia.

No caso concreto, o paciente não desempenha quaisquer das funções acima elencadas, tendo atuado, conforme narrado na denúncia, como 'Agente

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Autônomo de Investimentos', sem qualquer vínculo - ao menos funcional - com a empresa Mundial S/A.

Registre-se, a título de esclarecimento, que antes mesmo da edição da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 - que, como visto, modificou a Lei das S/A -, a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, em seu artigo 3º, inciso X, já disciplinava a competência do Banco Central para *'fiscalizar a utilização de informações não divulgadas ao público em benefício próprio ou de terceiros, por acionistas ou pessoas que, por força de cargos que exerçam, a elas tenham acesso.'*

Ou seja, referida norma já previa a fiscalização da utilização de informações no tocante às pessoas que, em razão dos cargos que ocupavam, tinham acesso a informações ainda não divulgadas ao mercado (público).

De igual forma, § 1º do artigo 155 da Lei nº 6.404/76, dispõe expressamente que *"Cumpre, ademais, ao administrador de companhia aberta, guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo-lhe vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de valores mobiliários."*

Posteriormente, a Lei nº 10.303/2001, além de, como dito anteriormente, introduzir o tipo penal conhecido como *insider trading*, ampliou a proibição quanto à utilização de informações privilegiadas, incluindo o § 4º no artigo 155 da Lei nº 6.404/76, o qual prevê expressamente que *"é vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários."*

Ou seja, para efeitos civis e/ou administrativos, a partir da referida alteração, é vedado a qualquer pessoa que tiver acesso à informação relevante utilizá-la com a finalidade de auferir vantagem no mercado de valores mobiliários.

Entretanto, para fins penais, a Lei nº 10.303/2001 somente criminalizou a conduta daquele que tem o dever legal de manter em sigilo a informação relevante e a utiliza, mediante negociação, no mercado mobiliário.

Poderia, também, ter sido incluído no tipo penal - até mesmo em um simples parágrafo, como, v.g., *"nas mesmas penas incorrem quem..."* -, a conduta de quem, mesmo não tendo a obrigação de manter em sigilo, utiliza a informação privilegiada.

Contudo, lamentavelmente, a opção legislativa foi outra, não podendo o intérprete, em obediência ao princípio da reserva legal (*nullum crimen, nulla poena sine lege*) ampliar o campo de abrangência da norma penal, de modo a abarcar condutas - igualmente graves - não previstas expressamente em lei.

Frise-se: é preciso fazer distinção entre a utilização de informação privilegiada visando à obtenção de vantagem no mercado de valores mobiliários - que, em face da inclusão do § 4º no artigo 155 da Lei nº 6.404/76, caracteriza **infração civil e/ou administrativa** para qualquer pessoa que dela tenha conhecimento -, e a mesma utilização por quem detém o dever de **manter sigilo a respeito de tal informação**, que

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

concomitantemente constitui **infração penal** somente a **determinadas pessoas**, mais precisamente àquelas elencadas no mencionado artigo 8º da Instrução nº 358 da CVM.

Logo, consoante mencionado na decisão que deferiu a liminar, **ao menos na condição de autor**, o paciente não deve responder pelo delito inscrito no artigo 27-D da Lei nº 6.385/76, *"já que na condição de extraneus não tinha o dever, ao menos na esfera penal, de guardar sigilo sobre eventuais informações relevantes ainda não repassadas ao mercado."*

Registre-se que em situação não tão evidente como a dos autos, o Supremo Tribunal Federal, interpretando a conduta de **gerir instituição financeira** (artigo 4º da Lei nº 7.492/86), consolidou o entendimento - igualmente adotado por esta Corte -, no sentido de que **referido ilícito somente pode ser praticado por quem detém poderes de administração da instituição financeira** (condição especial do agente) sem possibilidade de terceiro figurar como sujeito ativo de tal delito, porquanto crime, em tal hipótese, também é de mão própria.

Nesse contexto, não podendo o paciente ser **autor** do delito previsto no artigo 27-D da Lei nº 6.385/76, **resta verificar a possibilidade de sua atuação ter-se dado na forma de coautoria ou de participação** (concurso de agentes).

Conforme lição de Eugenio Raul Zaffaroni e José Henrique Pierangeli (*in* Manual de Direito Penal Brasileiro, Parte Geral, Ed. RT, 5ª ed., 2004, p. 641) *"na co-autoria cada um dos co-autores deve reunir os requisitos típicos exigidos para ser autor. Se estes requisitos não são preenchidos, por mais que haja uma divisão do trabalho e um aporte necessário para a realização, de acordo com o plano concreto do fato, não há co-autoria."*

Rogério Greco (*in ob.cit.*, p. 443) assim discorre sobre o tema:

*"Agora, será possível a co-autoria em delitos de mão própria? Da mesma que, como regra, não se admite em infrações penais dessa natureza a autoria mediata, também deverá ser afastada a possibilidade de co-autoria. Isso porque, por se tratar de infrações personalíssimas, não há a possibilidade de divisão de tarefas. O delito, portanto, só pode ser realizado pessoalmente pelo agente previsto no tipo penal."*

*In casu*, o paciente, como visto, não preenche os requisitos para a configuração do tipo penal inscrito no artigo 27-D da Lei nº 6.385/76, **não podendo, portanto, figurar como coautor**.

A única possibilidade de coautoria nos crimes de mão própria ocorre quando o delito é praticado por várias pessoas e **todas detêm a condição especial exigida pelo tipo penal**, o que, todavia, não é a hipótese dos autos. A propósito, veja-se a doutrina de Cezar Roberto Bitencourt e Juliano Breda (*in* Crimes contra o Sistema Financeiro & Contra o Mercado de Capitais, Ed. Lúmen Júris, 2ª ed., 2011, p. 385):

*"(...) Serão, portanto, os acionistas, controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da companhia os potenciais autores do crime de informação*

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

*privilegiada, eis que a eles é imposto o dever de sigilo sobre uma série de fatos relevantes.*

*Evidentemente, como os fatos relevantes em geral ocorrem por **deliberação conjunta** dos diretores, conselho ou de outros órgãos estatutários, é **perfeitamente possível a ocorrência do fenômeno do concurso de pessoas**, especialmente na hipótese de **coautoria**, se a negociação a partir da informação privilegiada com quebra do dever de sigilo ocorre por duas ou mais pessoas previamente combinadas. No entanto, é vital enfatizar que o crime não pode ser praticado por terceiros que tenham conhecimento da informação sem possuir o requisito típico. Contudo, é possível que o extraneus responda pelo crime em concurso com o detentor do dever de sigilo, eis que a circunstância pessoal **comunica-se ao partícipe**, conforme a disposição do art. 30 do CP."*

Situação diversa, porém, se dá quanto à participação - conforme, aliás, mencionado na doutrina acima transcrita -, uma vez que nessa hipótese de concurso de pessoas, o agente, embora não possa realizar a conduta prevista na norma incriminadora - por lhe faltar a condição especial exigida pelo tipo penal -, **pode contribuir moral ou materialmente para que o delito seja praticado pelo autor**. Segundo Luiz Flávio Gomes (*in* Direito Penal, Parte Geral, V. 2, Ed. RT, 2007, p. 507) "*ocorre participação quando o agente colabora para o crime de qualquer modo, sem ter o domínio do fato e ainda sem ter participado diretamente da sua execução*".

Conforme bem resumido por Eugenio Raul Zaffaroni e José Henrique Pierangeli (*in ob.cit.*, p. 631) "*participação sempre é 'participação na conduta do autor', que pode ter a forma de instigação (quando se incentiva alguém ao cometimento de um injusto ou de um delito) ou de cumplicidade (quando se coopera com alguém em sua conduta delitiva)*".

Em face do caráter de acessoriedade, para que se perfectibilize a participação faz-se **necessário que a conduta praticada pelo autor seja típica**. A propósito, vejamos as seguintes lições doutrinárias sobre o assunto:

*"Entende-se por participação stricto sensu a colaboração dolosa em um fato alheio. É a contribuição dolosa - sem o domínio do fato - em um fato punível doloso de outrem. Cuida-se de um conceito referencial, visto que **a participação é sempre acessória ou dependente de um fato principal** - teoria da acessoriedade mínima (conduta típica do autor).*

*Para quem concebe o tipo como o conjunto de elementos que fundamentam uma determinada figura de delito (conceito pessoal de injusto), como aqui gizado, é suficiente que a ação ou omissão do autor sejam típicas para que se possa responsabilizar também o partícipe.*

*De conformidade com a concepção pessoal do injusto que distingue entre um desvalor da ação e um desvalor do resultado é suficiente o critério da acessoriedade mínima. **A punição do partícipe depende de que o autor tenha executado uma ação típica**. A existência de uma causa de justificação que ampara o autor só alcança o partícipe se sua conduta também estiver justificada". (Luiz Regis Prado - *in* Curso de Direito Penal Brasileiro, Ed. RT, 12 ed., 2013, p. 574).*





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

*"Já afirmamos ser o autor o protagonista da infração penal. É ele quem exerce o papel principal. Contudo, não raras as vezes, o protagonista pode receber o auxílio daqueles que, **embora não desenvolvendo atividades principais**, exercem papéis secundários, mas que influenciam na prática da infração penal. Estes, que atuam como coadjuvantes na história do crime, são conhecidos como partícipes. (...).*

*Se a autoria é sempre atividade principal, **participação será sempre um atividade acessória, dependente da principal**. Nesse sentido são as lições de Paul Boechelmann, quando aduz que 'a participação é, necessariamente, acessória, quer dizer, dependente da existência de um fato principal. Essa acessoriedade não é 'produto da lei', mas está na natureza das coisas'.*

*Assim, para que se possa falar em partícipe é preciso, necessariamente, que exista um autor do fato. Sem este, não há possibilidade daquele, pois que, conforme o art. 31 do Código Penal, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, **não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado**, e, como sabemos, **somente o autor pode chegar à fase do conatus (tentativa) de determinada infração penal**. E, se isso não acontece, a conduta do partícipe não poderá ser punida pelo direito penal." (Rogério Greco, ob. cit, p. 450-51).*

Logo, para que, em tese, possa haver concurso de pessoas na modalidade 'participação' **é imprescindível que a conduta do autor seja típica**, ou seja, que o agente tenha de alguma forma - moral ou materialmente -, contribuído na prática **do crime de outrem**. Se a conduta do terceiro - a quem se prestou auxílio - não configura ilícito penal, não há falar em participação.

Nesse contexto, resta perquirir se, no caso dos autos, a conduta de **quem, em tese, pode figurar como autor** - o réu Michael Lenn Ceitlin, na condição de 'controlador, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa MUNDIAL S/A', cf. exposto na denúncia -, configura, em tese, ilícito penal.

Com efeito, para a perfectibilização do tipo penal em comento é necessário que **o autor** utilize a informação mediante **negociação com valores mobiliários**. Se o uso da informação se der para finalidade diversa, resta descaracterizada a infração penal.

Em face de sua pertinência, observe-se novamente a lição de Cezar Roberto Bitencourt e Juliano Breda (*in ob. cit.*, p. 386):

*"A ação incriminada pelo art. 27-D pune o ato de utilizar informação relevante, ou seja, o tipo penal é regido pelo verbo 'utilizar', enquanto a 'informação relevante' caracteriza o objeto material da conduta. O núcleo típico 'utilizar' deve ser compreendido genericamente como empregar, usar, aproveitar-se da informação para tomar as decisões a respeito da negociação de um valor mobiliário. A perfeita noção da relevância típica do verbo utilizar deve ser conjugada com a expressão 'mediante negociação', elemento modal que restringe a tipicidade objetiva da conduta às hipóteses legalmente conhecidas de negociação de valores mobiliários no mercado de capitais. Enfim, o tipo objetivo descreve como conduta punível o uso de informação relevante como dado capaz de interferir na decisão de negociar valores mobiliários. **Se o uso da informação privilegiada ocorre em outra circunstância, diversa da negociação, o crime não se realiza**. Por exemplo, se o detentor da informação*

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*relevante ainda não tornada pública utiliza esses elementos para promover mudanças na estrutura da companhia, sua conduta é atípica de acordo com a exigência típica e porque não há risco ao bem jurídico tutelado pelo art. 27-D."*

No caso em tela, a denúncia assim narra a prática delituosa:

'(...).

**2) O denunciado RAFAEL FERRI, contando com o indispensável concurso do codenunciado MICHAEL LENN CEITLIN, controlador, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa MUNDIAL S/A, entre 13 de dezembro de 2010 (item 180 do Termo de Acusação da CVM) e 26 de julho de 2011, utilizou informações relevantes ainda não divulgadas ao mercado, capazes de propiciar, para si e para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, com valores mobiliários. A participação do denunciado MICHAEL LENN CEITLIN na empreitada criminosa deu-se na medida em que foi o responsável por fornecer a RAFAEL FERRI o acesso indevido a tais informações, de que aquele teve conhecimento em razão de suas funções e cujo sigilo estava obrigado a manter. Incurreram ambos, dessa forma nas sanções do artigo 27-D da Lei nº 6.385/76.**

(...).

**IV. USO DE INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS (INSIDER TRADING)**

*Além da comprovada manipulação do mercado, constatou-se a prática de uso de informação privilegiada por parte de RAFAEL FERRI em relação às suas operações de compra de ações a termo realizadas a partir de 13/12/2010, propiciada pela estreita relação por ele mantida com MICHAEL CEITLIN. Na gravação de uma conversa entre FERRI e um analista do Citigroup, Paulo Furlan, no dia 02/12/2010, encontrada pela Polícia Federal e transcrita às fls. 528/530, além de referida pela CVM em seu Termo de Acusação Formal, itens 32 a 35, FERRI cita dados ainda não divulgados sobre os resultados financeiros da MUNDIAL e sobre a redução de suas dívidas fiscais, denotando conhecer detalhadamente a situação da Companhia. Destacam-se os seguintes trechos do diálogo:*

*'- Ferri: ...mas me diz uma coisa, e o teu modelinho de MUNDI?*

*- Furlan: eu dei uma olhada lá e juridicamente eu não entendo como é que o cara pode fazer aquilo que você falou. No âmbito administrativo o cara não tem como dar perdão, o que ele pode é fazer o quê, fazer parcelamento, tudo por que o cara já tá no REFIS, mas só considerando portanto, 80 milhões de redução no nível de endividamento líquido, esse papel na nossa conta aqui tem que valer entre 5,5 e 6 EBITDA, em relação ao setor, esse era um papel que deveria tá custando por volta de R\$ 3,80 a R\$ 3,90, conservadoramente.....*

*- Ferri: ...2º TRI faturou R\$ 99 milhões, 3º TRI parece que vai faturar R\$ 115, vai dar cinco milhões (5.000.000,00) de lucro, algo assim.'*

*Mais adiante, em vista da incredulidade do analista da corretora, FERRI afirma, expressamente, que viu o contrato:*

*Furlan:... Ou seja, todas as hipóteses são favoráveis do ponto de vista de potencial, você entendeu. O ponto crucial é o quão factível é... e o quão dá prá acreditar nesse negócio.*

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054







**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Ferri:....Cara dá prá acreditar...Eu vi o contrato ! hahaha.*

*Já o e-mail datado de 14/01/2011, enviado por FERRI para MICHAEL CEITLIN, transcrito no relatório da Autoridade Policial, à fl. 673, mostra o grau de relacionamento entre ambos e, além disso, a indicação da jornalista Ana Borges para atuar na divulgação de notícias favoráveis à companhia. A mensagem demonstra que RAFAEL FERRI tinha conhecimento do faturamento e das futuras receitas advindas de terrenos pertencentes à MUNDIAL. De fato, em 26/01/2011 a Companhia foi questionada pela Bolsa por conta de uma notícia veiculada no jornal Brasil Econômico, informando que seu faturamento poderia ultrapassar os R\$ 600 milhões até o fim de 2011. E, em 14/02/2011, a Companhia divulgou Fato Relevante anunciando um negócio envolvendo a alienação de um terreno de sua propriedade, que diminuiria em R\$ 30 milhões sua dívida com o Estado do Rio Grande do Sul.*

*O e-mail citado, que é reproduzido a seguir, comprova o acesso a informações privilegiadas da MUNDIAL por parte de RAFAEL FERRI. Nele, FERRI, além de demonstrar prévio conhecimento de informações econômico/financeiras da Companhia, inclusive dá sugestões ao Presidente da Mundial acerca de como dar visibilidade ao mercado sobre tais informações.*

*'Em 14/01/2011, Rafael Ferri enviou este e-mail a Michel.ceitlin@mundial.com:*

*Subject: Entrevista.*

*From: 'Rafael Ferri - TBCS'*

*Date: 14-01-2011 13:44*

*To: 'michel.ceitlin@mundial.com'.*

*Bom Dia Michel.*

*Conversei com uma amiga jornalista de vários meios de comunicação do centro do País.*

*Ela tem interesse em escrever uma matéria sobre a Mundial.*

*Seria muito interessante para a visibilidade da empresa, se as informações sobre Faturamento, EBTIDA e as vendas dos terrenos (para 2011) fossem apresentadas ao mercado.*

*Podemos marcar? O nome dela é Ana Borges.*

*Abraços.*

*Rafael Ferri.'*

*Poucos dias após reconhecer, em sua conversa com Paulo Furlan, ter tido acesso antecipado a informações relevantes ainda não divulgadas, RAFAEL FERRI, que não fazia operações no mercado a termo em seu nome com ações de MUNDIAL S/A (MNDL4) desde 20/09/2010, passou a realizar, a partir de 13/12/2010, vultosas operações naquele mercado, que inclusive iriam influenciar a alta das cotações das ações da MUNDIAL até 19/07/2011, conforme demonstra a tabela de aquisições no Mercado a Termo juntada ao item 35 do Termo de Acusação Formal da CVM.*

ERM©/ERM]

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Além disso, a partir do e-mail enviado por RAFAEL FERRI para MICHAEL CEITLIN acima transcrito, citando o faturamento e a venda de terrenos da Companhia ainda não divulgados ao mercado, também é possível identificar que FERRI possuía informações privilegiadas sobre a MUNDIAL S/A em janeiro de 2011.*

*A posse dessas informações relativas a fatos relevantes por parte de RAFAEL FERRI demonstra a violação de MICHAEL CEITLIN ao seu dever legal de sigilo, na medida em que, conforme apurado durante as investigações, era o Presidente, controlador e DRI da MUNDIAL S/A quem as repassava para FERRI, antes de sua divulgação ao mercado. Claro exemplo dessa promíscua relação mantida entre o agente autônomo e o Presidente da MUNDIAL se extrai da mensagem supra, encaminhada em 14/01/11, pela qual fica evidente que RAFAEL FERRI tinha conhecimento prévio acerca da então futura alienação de terrenos de propriedade da Companhia, que somente foi divulgada ao mercado um mês depois daquela data.*

*Note-se que, por mais incrível que possa parecer, como ressalta o Termo de Acusação Formal da CVM, em seu item 187, RAFAEL FERRI, na mesma mensagem, chega a sugerir ao Presidente da Mundial a forma de dar visibilidade ao mercado sobre as tais informações, que lhe foram privilegiadamente repassadas.*

*Agindo assim, RAFAEL FERRI e MICHAEL CEITLIN incorreram nas sanções do art. 27-D da Lei n.º 6.385/76."*

Da simples leitura da transcrição acima, constata-se que a denúncia **não imputa** a Michael Lenn Ceitlin a conduta de **pessoalmente** efetivar negociação no mercado mobiliário.

Em verdade, a peça acusatória faz uma divisão das elementares da figura típica, atribuindo a Michael o ato de fornecer informação privilegiada, cujo sigilo estava obrigado legalmente a manter, e ao ora paciente a conduta de utilizar referida informação no mercado mobiliário.

Entretanto, conforme já explanado anteriormente, para a perfectibilização do tipo penal é necessário que os elementos integrantes da figura típica sejam praticados, **de forma integral**, por quem pode figurar como autor do ilícito penal que, no caso, é, em tese, somente o acusado Michael Lenn Ceitlin, na condição de 'controlador, Presidente e Diretor de Relações com Investidores da empresa MUNDIAL S/A', cf. exposto na denúncia.

Logo, diante da não caracterização do tipo penal pelo autor, resta inviabilizado o concurso de agentes na forma de participação, a qual, em face do caráter de acessoriedade (ou seja, somente se participa de algo que efetivamente existe), tem como requisito básico a contribuição (moral ou material) no **crime de outrem** que, no caso, revela-se **inexistente, ao menos na forma narrada na denúncia.**

Registre-se, por oportuno, que ainda que a peça acusatória tivesse imputado relativamente ao réu Michael Lenn Ceitlin todas as elementares do tipo penal, não há qualquer descrição a respeito de que forma o ora paciente contribuiu - moral ou materialmente (participação) -, para a prática delituosa daquele, não podendo

ERM©/ERMJ

5014188-07.2013.4.04.0000

6018154.V054





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

ser considerada, para tanto, a utilização da informação privilegiada, mediante negociação no mercado mobiliário, já que tais atos **constituem a própria execução do crime**, o qual, como exaustivamente analisado, somente pode ser praticado, nos crimes de mão própria, **pelo autor. A atuação do partícipe se dá de forma 'externa' ao delito, não havendo, na hipótese, qualquer descrição nesse sentido.**

A par disso, a denúncia, além de não imputar a Michael Lenn Ceitlin a utilização das informações, **em momento algum narra que Rafael Ferri as utilizou no mercado mobiliário em benefício daquele, muito menos que agiu por solicitação e/ou determinação do diretor da empresa.** Apenas relata que o ora paciente recebeu informações privilegiadas de Michael e as utilizou no mercado mobiliário, o que, como visto, não configura ilícito penal.

Diante desse quadro, conclui-se, no caso, a inaptidão da peça acusatória para a instauração da persecução penal, porquanto não há exposição do fato delituoso, com todas as suas circunstâncias, já que **não descreve todas as elementares da conduta típica relativamente ao autor, tampouco especifica a atuação do partícipe na prática delituosa daquele.**

Assim, **sem prejuízo do oferecimento de nova denúncia, mediante o cumprimento de todos os requisitos elencados no artigo 41 do CPP**, impõe-se, na espécie, o trancamento da ação penal tão-somente quanto ao crime previsto no artigo 27-D da Lei nº 6.385/76.

Ante o exposto, voto **por conceder a ordem para trancar a ação penal nº 5067096-18.2012.404.7100/RS**, em relação aos réus Rafael Ferri e Michael Lenn Ceitlin, tão-somente no que pertine ao crime tipificado no artigo 27-D da Lei nº 6.385/76, em face da inépcia da denúncia.



Documento eletrônico assinado por **Juíza Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE, Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **6018154v54** e, se solicitado, do código CRC **AEB8D98E**.

5014188-07.2013.4.04.0000



ERM©/ERMJ

6018154.V054

